



OE2012: Bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas alerta para consequências de mais austeridade (C/ ÁUDIO)



Número de Documento: 13212823

Funchal, Portugal 17/10/2011 13:44 (LUSA)

Temas: Economia, Negócios e Finanças, Política, Orçamento do Estado e impostos

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Funchal, 17 out (Lusa) – O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas alertou hoje para as consequências das novas medidas de austeridade na economia, embora reconheça que representam “alguma inevitabilidade”.

“Vejo [as medidas que constam da proposta de Orçamento do Estado] com muita preocupação e com alguma inevitabilidade”, disse Domingues de Azevedo, à margem do ciclo de conferências “Portugal, a soma das partes”, que decorreu no Funchal.

Para Domingues de Azevedo, “um aluno do 1.º ano de Economia percebe que se as pessoas não têm dinheiro não compram; se as pessoas não compram então não há necessidade de produzir; se não há necessidade de produzir não há necessidade de ter trabalhadores nas empresas; se não há necessidade de ter trabalhadores nas empresas há despedimento e, havendo despedimento, o Governo vai ter que valer a essas pessoas através do fundo de desemprego”.

Assinalando que os “efeitos circulares” das medidas “não estão devidamente estudados” e que o seu propósito é ajudar as contas públicas, mas não vão potenciar o crescimento económico, o bastonário salientou, ainda, que o tempo que foi dado a Portugal para ultrapassar esta crise “é um tempo, nitidamente, para criar mais problemas”.

“Vamos revolver em quatro anos o que andámos 40 anos a construir?”, questionou o responsável, sublinhando que, embora tenham de existir medidas para colmatar a crise, as que têm sido apresentadas “são de uma violência muito grande para quem trabalha”, criticando, por outro lado, a opção “de deixar de fora deste processo os rendimentos de capitais”.

Acreditando que, em sede de especialidade, a proposta de OE vai sofrer “muito poucas” alterações, Domingues de Azevedo acrescentou ter “muitas dúvidas” de que o Presidente da República vá agir nesta matéria, “porque seria, de algum modo, entendido contra o Governo que ele apadrinha”.

O bastonário apontou a este propósito a mudança de atuação de Cavaco Silva nos “últimos tempos”, depois de, quando tomou posse, ter feito um apelo no sentido dos cidadãos intervirem publicamente “para inverterem a situação política no país”.

“É eleito, vêm as eleições [legislativas] e o senhor Presidente da República hoje acha que os cidadãos já não devem intervir, acha que devem é - como se diz no nosso povo -pagar e não tugar aquilo que os outros dizem para eles pagarem”, considerou.

Questionado se o Chefe do Estado está a fazer jogo partidário, o bastonário declarou: “Penso que qualquer pessoa, com o mínimo de inteligência, já se apercebeu disso (...). Numa situação em que era necessário intervir, como ele dizia quando era o Governo de José Sócrates, passou-se para uma situação de passividade, uma situação de pagar e não intervir com este Governo”, afirmou o líder da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, anunciou na quinta-feira que as medidas do OE2012 visam garantir o cumprimento dos acordos internacionais, e que passam, entre outras, pela eliminação do subsídio de férias e de Natal para os funcionários públicos e reformados que recebem mais de mil euros por mês, enquanto durar o programa de ajustamento financeiro, até ao final de 2013.

Os vencimentos situados entre o salário mínimo e os 1000 euros ficarão sujeitos a uma taxa de redução progressiva, que corresponderá em média a um só destes subsídios.

As pensões acima do salário mínimo e abaixo de mil euros sofrerão, em média, a eliminação de um dos subsídios.

SYR.

Lusa/Fim